GUIA DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS PARTICULARES

Carolina Perpétuo Ianaguivara

carol.ianaguivara@gmail.com

Waltraudi Orchulhak Kawamoto

waltraudikawa@gmail.com

Claudio José Carvajal Jr.

prof.claudiocarvajal@gmail.com

Luiz Teruo Kawamoto

luizteruo@hotmail.com

Resumo

O transporte de medicamentos é algo muito necessário para o fornecimento de medicamentos à população. No entanto, antes do medicamento ser comercializado, passa por várias formas de transporte. Além das questões pertinentes à logística de transportes propriamente ditas como roteirização, consolidação de fretes, seguros e armazenagem, é importante verificar as questões legais aplicáveis, a fim de evitar multas e processos. Foi feita revisão bibliográfica sobre normas de transporte de medicamentos, fiscalização, terceirização de transportes de medicamentos e o papel do farmacêutico no transporte de medicamentos. De posse dos dados, foi feito um guia sobre legislação aplicada ao transporte de fármacos.

Palavras-chave: Transporte, Legislação, medicamentos.

Abstract

The transport is very necessary for the provision of medications to the population. However, before the product is marketed, it undergoes various forms of transport. In addition to issues relating to the logistics of transport themselves as routing, consolidation of freight, insurance and storage, it is important to check the applicable legal issues in order to avoid fines and processes. It was done a literature review on medicine transport regulations, supervision, drug transport outsourcing and the pharmacist's role in the transport of medications. With the data, it was made a guide on legislation applied to transport drugs.

Keywords: Transportation, law, medications.

1 Introdução

O transporte de medicamentos é algo comum no cotidiano e necessário à população. No entanto, antes do medicamento ser comercializado, passa por um trajeto de suma importância. Tal trajeto é monitorado desde o recebimento dos insumos, fabricação, armazenamento, transporte e distribuição do medicamento, garantindo sua eficácia.

Além das questões pertinentes à logística de transportes propriamente ditas como roteirização, consolidação de fretes, seguros e armazenagem, é importante verificar as questões legais aplicáveis, a fim de evitar multas e processos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), possui o manual de boas práticas de transporte de medicamentos (BPT), que compreende regras – diretrizes a serem seguidas visando a qualidade, eficiência e segurança do medicamento.

Durante o transporte muitos aspectos devem ser observados, entre eles a temperatura, a forma de acondicionamento, a embalagem, as condições do veículo, a quantidade e tipos de produtos, a adequação dos equipamentos, distância etc., para que o medicamento não seja comprometido.

Do mesmo modo, até as recomendações contidas na embalagem do produto devem ser observadas, uma vez que não se pode transportar medicamentos, drogas e insumos com produtos radioativos ou tóxicos (inseticidas, detergentes, agrotóxicos e

lubrificantes), o que muitas vezes pode ser mal compreendido por falta de clareza nas regras vigentes (PIMENTA, 2008).

São várias as regras que compõem o processo de transporte de medicamentos: as licenças, autorizações, orientações e legislações a serem observadas para tanto.

Diante disso, buscar-se-á neste artigo proporcionar e descrever diretrizes, sem esgotar o assunto, sobre os principais aspectos legais e cuidados que devem ser observados pelas empresas transportadoras de medicamentos, abordando ainda, de forma objetiva outros pontos relevantes interligados ao transporte, como a fiscalização.

2 Método

A pesquisa tem enfoque transversal e qualitativo.

O tipo de pesquisa foi o descritivo, que buscou citar a legislação aplicada ao transporte de medicamentos.

Foi feita revisão bibliográfica sobre normas de transporte de medicamentos, fiscalização, terceirização de transportes de medicamentos e o papel do farmacêutico no transporte de medicamentos.

De posse dos dados, foi feita uma consolidação dos dados a fim de gerar um guia sobre legislação aplicada ao transporte de fármacos.

3 Revisão bibliográfica

3.1 Normas de transporte de medicamentos

Quando se fala em normas de transporte, logo se pensa nas regras e leis as quais aqueles que realizam o transporte de medicamentos estarão sujeitos.

É bem verdade que em se tratando do transporte de medicamentos, muita atenção deve ser tomada uma vez que se forem adotados procedimentos inadequados, o maior prejudicado será o consumidor do produto.

O complexo de normas que regulamentam o segmento é composto por determinações de autoridades de diversas esferas: federal, estadual e municipal, devendo

todas elas serem devidamente cumpridas, uma vez que o não cumprimento sujeita à sanções como: advertência, aplicação de multas, interdição do estabelecimento e outros (COVISA, 2006).

Algo importante deve ser pontuado a respeito da cadeia de distribuição, cuja finalidade é diminuir e de certo modo evitar riscos que comprometam a qualidade do medicamento:

(...) é que todas as etapas da cadeia de distribuição devem cumprir com as legislações e regulamentações e também serem realizadas de acordo com os princípios das boas práticas de fabricação (BPF), boas práticas de armazenagem (BPA), boas práticas de distribuição (BPD) e BPT (AGUIAR; CORRÊA, p. 210, 2012).

Quanto ao manual de BPT, instituído pela resolução da Covisa - RDC nº. 39 de 14/08/2013, aponta os procedimentos administrativos para concessão da certificação de boas práticas de fabricação e da certificação de boas práticas de distribuição e/ou armazenagem. Este manual aplica-se não apenas aos fabricantes de medicamentos, como também às empresas armazenadoras, distribuidoras e importadoras de medicamento.

Muito embora a legislação brasileira nesse aspecto seja um tanto quanto antiga, há leis que referenciam o armazenamento, transporte e distribuição dos medicamentos: Lei nº 5.991/73 e Lei nº 6.360/76.

No ano de 1999, a ANVISA foi criada pela promulgação da Lei nº 9.782/99, sendo uma das principais responsáveis pela regulação da atividade de distribuição e transporte de produtos farmacêuticos.

Apesar das leis mencionadas, há disposições específicas (resoluções e portarias) também válidas para o segmento, que somente a partir de 1998 passaram a ser regulamentadas (AGUIAR; CORRÊA, p. 211, 2012).

A Portaria da Anvisa nº 802 de 08/10/1998, dispõe sobre as boas práticas de distribuição (BPT) e sobre o sistema de controle e fiscalização em toda cadeia de produtos farmacêuticos.

Já a Portaria da Anvisa nº 1.052 de 29/12/98, dispõe sobre a relação de documentos necessários para habilitar o transporte de produtos farmacêuticos e também

sobre a obtenção de autorização de funcionamento de empresa (AFE), estando sujeito à vigilância sanitária estadual, municipal, do distrito federal ou do ministério da saúde, além de exigir um manual de BPT, devendo ser cumprido rigorosamente.

A Portaria nº 344 da Anvisa de 12/05/1998, dispõe a respeito da distribuição e transporte de medicamentos sujeitos a controle especial.

De um modo geral, a empresa deverá obter a autorização de funcionamento (AFE) para medicamentos e insumos farmacêuticos; a autorização de funcionamento (AE) para medicamentos controlados e a autorização de funcionamento (AFE) para medicamentos correlatos, bem como obter o cadastro estadual de vigilância sanitária (CEVS).

Perante a Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA), a empresa deverá obter a licença de funcionamento.

Junto ao Conselho Regional de Farmácia (CRF), deverá obter o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Se o caso de transporte de produtos perigosos, deverá obter as licenças regulatórias: transporte químico, transporte de produtos perigosos, polícia civil e federal, exército brasileiro, licença ambiental para o transporte de produtos perigosos e perante a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e perante o IBAMA (licença federal e interestadual).

Não obstante, é necessário que a empresa transportadora detenha de profissionais habilitados para a execução do serviço de motorista.

O Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº. 9.503/97, dispõe sobre as categorias dos motoristas. A rigor, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) dos motoristas de transporte de medicamentos deve se enquadrar em uma categoria, o que certamente é respondido pelo artigo 143 do referido diploma.

Além disso, as empresas já certificadas e regularizadas adotam treinamento dos colaboradores envolvidos no processo de transporte de medicamentos, visando a eficiência do serviço e preservando a qualidade e eficiência do medicamento, o que pode ser verificado nos sites de empresas que prestam esse tipo de serviço.

3.2 Fiscalização

Diante da necessidade de controlar o processo de distribuição, armazenamento e transporte de medicamentos, novas regulamentações foram surgindo de modo a intensificar o cumprimento da lei por meio da fiscalização (AGUIAR; CORRÊA, p. 211, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), apoia o fortalecimento dos padrões regulatórios de modo que todos os medicamentos tenham qualidade, segurança e eficácia (IVAMA; SOUZA, p. 82).

O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), por sua vez, é executado por instituições públicas da união, estados, distrito federal e municípios, os quais exercem atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área da vigilância sanitária (SMS).

A ANVISA, por sua vez, no âmbito da união, coordena o SNVS e além de fiscalizar, elabora resoluções de proteção à saúde válidas para todo território nacional, (SMS).

O Centro de Vigilância Sanitária (CVS), regula e executa as ações conforme as necessidades do estado (SMS).

Já a Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA), regula e executa ações de acordo com as necessidades do município. Além disso, compete a ela prevenir, eliminar e reduzir os riscos à saúde da população (COVISA, 2006).

Algumas das resoluções da Covisa que norteiam a fiscalização devem ser mencionadas: resolução nº. 329 de 22/07/99, que instituiu um roteiro de inspeção para as transportadoras; a resolução nº. 49/GMC de 28/11/02 e a portaria 12/GMC de 05/01/02, que regulamentaram as BPD e as BPT dos produtos farmacêuticos; a resolução nº. 1/MS/ANVS de 29/07/05, que criou um guia para estudar a estabilidade; a resolução nº. 204/MS/ANVS de 14/11/06, que regulamentou as BPT e o fracionamento dos produtos; a resolução nº. 27/MS/ANVS de 30/03/07, que estabeleceu o sistema nacional e gerenciamento de produtos controlados (SNGPC) e por fim, a resolução nº. 17/MS/ANVS de 17/04/10, que regulamentou as BPF.

Todas essas regras foram criadas visando implantar controles e garantir o processo de distribuição, armazenamento e transporte de medicamentos, mantendo qualidade e preservação do medicamento, frente à um serviço de eficácia.

3.3 Logística de transporte e distribuição de medicamentos

O transporte e a terceirização do transporte de medicamentos no Brasil é regulamentada pela Portaria nº 1051 de 29/12/1998 e Resolução nº 25/MS/ANVS, de 29/03/2007, as quais estabelecem requisitos para a empresa transportadora se habilitar e executar o serviço.

O transportador de medicamentos necessitará de uma autorização do órgão de vigilância sanitária do ministério da saúde, cumprindo com as BPT, bem como ter a presença do representante legal em todos os setores.

Para OHATA e MAENZA (2010), o transporte requer cuidados especiais para que a estrutura físico-química do medicamento não seja alterada.

De acordo com SILVA e PANIS (p. 37, 2009), levando-se em conta que a logística de transporte do medicamento envolve etapas: deslocamento dos medicamentos entre cidades-estados com o intuito de manter a qualidade do medicamento, é necessário que o farmacêutico coordene a logística em conjunto com a administração da empresa, além de manter o treinamento e capacitação de funcionários envolvidos na cadeia de logística, até porque a lei assim determina.

Quanto ao armazenamento, é muito importante que as condições de conservação estejam corretas, uma vez que o modo inadequado pode influenciar fatores prejudiciais à saúde (RNCCI, p. 4, 2009).

Para tanto, é imprescindível que o local de armazenamento possua limpeza adequada, além de estar em sintonia com as especificações dos produtos farmacêuticos. No que tange aos produtos que apresentam risco especial, como os narcóticos, estes devem ser armazenados numa área dedicada com medidas adicionais de segurança, sendo que os estoques devem ser vigiados e monitorados (RNCCI, p. 2, 2009).

Há ainda a necessidade de ser bem ventilado, não conter umidade e nem iluminação solar direta. A construção deve ser com paredes de cor clara e laváveis e piso de fácil limpeza, sem contar que o ambiente precisa ser mantido em perfeitas condições de higiene, sem a presença de roedores, pássaros ou insetos (NSIFB, 2015).

A temperatura é um fator bastante relevante, uma vez que o controle do local onde os medicamentos ficam é fundamental, contando com ventilação e evitando temperaturas elevadas (SABER VIVER, 2004).

A temperatura é tão relevante que se pode dizer que para os medicamentos sujeitos a controle especial, recomenda-se sala reservada para o armazenamento, mantendo boa ventilação, temperatura, condições de luminosidade e umidade que também são necessárias. Já no que se refere aos medicamentos termolábeis, estes devem ser armazenados em equipamentos apropriados para conservação a frio (câmara fria ou refrigerador), dependendo apenas do volume de medicamentos (YOKAICHIYA *et al.*, 2003).

As empresas estão investindo em ter o seu próprio centro de distribuição (CD), cujas funções básicas são: recebimento, armazenagem, separação, expedição e transporte, reduzindo os custos (AGUIAR; CORRÊA, 2012).

No Brasil, o transporte mais utilizado é o rodoviário (AGUIAR; CORRÊA, 2012 *apud* Ministério do Transporte, 2012), porém possui várias desvantagens em relação ao transporte ferroviário e hidroviário, como por exemplo: o custo da manutenção; é muito poluente; uma capacidade menor de carga; volume e peso são limitados, tanto que para o transporte de produtos farmacêuticos e farmoquímicos o meio de transporte rodoviário não é o ideal, pois, devido às exigências do fabricante (temperatura, luz, umidade, acondicionamento, tempo de armazenamento), acaba encarecendo o valor à ser pago para o consumidor final e coloca em risco todo o transporte, ocasionando avarias e em consequência, devoluções parciais ou totais.

Por sua vez, o transporte não é o único meio de logística. Vale mencionar que os representantes ou propagandistas também transportam os produtos e isso faz com que o medicamento demore para chegar até o consumidor, permanecendo exposto à vários climas e temperaturas, não levando em conta o que é exigido pelo fabricante. Outro exemplo é o próprio usuário que compra o produto e carrega junto de si por vários dias, estando exposto também à vários climas e temperaturas (AGUIAR; CORRÊA, p. 212, 2012).

De tão relevante que é manter a qualidade do medicamento, as transportadoras têm optado por realizar o transporte no período noturno, diminuindo a chance dos produtos perderem a sua qualidade e eficácia por causa da temperatura e umidade. Na indústria, cada produto passa por um estudo de estabilidade, pelo qual é registrada em qual temperatura, umidade, entre outros fatores o medicamento deve estar, e portanto, quando a transportadora o recebe, estará com o estudo em mãos facilitando a execução do transporte de maneira correta (NASCIMENTO, 2011).

A validação do transporte é o “ato documentado que atesta que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, atividade ou sistema realmente leva ao resultado esperado”. É parte essencial das BPF e consequentemente das BPD e BPT (AGUIAR; CORRÊA, 2012 *apud* BRASIL, 2010).

Essa validação do processo de transporte é a principal ferramenta da qualidade para controle e monitoramento do tráfego de produtos para sua conservação. É um processo importante para produtos sensíveis à temperatura e umidade, pois os medicamentos podem ter suas propriedades farmacotécnicas e farmacodinâmicas alteradas, se não observados os requisitos.

Diante disso, recomenda-se elaborar um protocolo contendo as especificações, testes realizados, metodologias e critérios de aceitação. Após a realização dos testes, deve elaborar-se o relatório de validação, mostrando todos os resultados e concluindo o processo (AGUIAR; CORRÊA, 2012 *apud* DUBOC, 2005).

Portanto, visando garantir a qualidade e eficácia do medicamento, recomenda-se a validação em todo o percurso: indústria para distribuidora e/ou transportadora e dessa para farmácias e drogarias.

3.4 Papel do farmacêutico no transporte de produtos

A atuação do farmacêutico nas áreas de distribuição e transporte apenas foi regulamentada com a criação da ANVISA em 1998, ganhando mais força com o advento das resoluções nº 365 de 02/10/2001 e a 433 de 26/04/2005 editadas pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF).

Após, com o advento da Lei nº. 15.626 de 19/12/2014, tornou-se obrigatória a presença do farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos, sua atuação fez-se, portanto, imprescindível.

O CFF, diante da resolução nº. 365/2001, atribui ao farmacêutico o dever de zelar e orientar no que tange ao cumprimento da legislação sanitária e legislação correlata; verificar se os produtos que serão transportados estão registrados junto ao órgão sanitário; verificar e definir a adequação das áreas do setor de transporte; regularizar a empresa nos órgãos sanitários e profissionais; implantar de acordo com as legislações vigentes o manual de boas práticas de transporte de medicamentos; treinar os funcio-

nários para que sigam o manual implantado; registrar tudo o que foi implantado, todas as reuniões, ter um livro ata; saber as orientações de cada fabricante para que não seja transportado de maneira incorreta e não autorizar caso veja que não está de acordo; para cada setor a elaboração da rotina, onde deverá estar incluso a limpeza de todos os setores e dos veículos; para os produtos que tem necessidade de controle de temperatura e umidade, fazer o registro; cada produto tem uma maneira de carga e descarga, movimentação, transporte e armazenamento; caso tenha alguma devolução, avaria e ou extravio, terá que ser registrado; estar em dia com a desratização, desinfestização tanto da empresa quanto dos veículos; se a empresa transportar produtos de controle especial, terá que solicitar a autorização especial de funcionamento e precisará guardá-los em um lugar separado dos demais produtos com chave no caso de avarias e demais problemas que surgirem de acordo com o fabricante; se o transporte for feito por motocicletas deverá ser observado o cumprimento da legislação sanitária; implantar o manual de boas práticas de transporte; fazer o treinamento dos funcionários, inclusive os motociclistas para saberem das normas; em caso de avaria, o farmacêutico decidirá quais providências deverão ser tomadas e supervisionar para que todas as normas sejam seguidas.

Cabe ao farmacêutico ainda, o acompanhamento de auditorias externas e inspeções sanitárias como também realização de auditoria interna anual, conforme dispõe a RDC 16/2014, de 02/04/2014, que institui o roteiro de inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos, que pode ajudar na aplicação da auditoria interna.

Saliente-se que, segundo AGUIAR e CORRÊA (2012), toda documentação perante a ANVISA e CRF é de responsabilidade do farmacêutico, além de ter o dever de conhecer a legislação e fazer cumprí-la, para que a integridade do medicamento seja mantida até o destino final.

4 Discussão

A legislação aponta as regras para o transporte de medicamentos, bem como as boas práticas de fabricação, armazenamento, distribuição e transporte, das quais as empresas que atuam no ramo devem ter conhecimento para o cumprimento de tais normas.

O cumprimento é importante para que a qualidade do medicamento seja mantida e tenha eficácia ao seu destinatário final.

O farmacêutico, no entanto, exerce papel de relevância no ramo, pois deve estar habilitado para gerenciar a logística de transporte, armazenamento e de distribuição dos medicamentos, garantindo a qualidade do medicamento. Além disso, deve possuir conhecimento da legislação aplicada, uma vez que é responsável pelo preenchimento de vários documentos previstos em lei.

É possível afirmar que todos os requisitos apontados pela legislação têm como finalidade essencial garantir o controle, segurança e eficácia dos medicamentos desde a aquisição dos insumos e matéria prima, fabricação, armazenamento, transporte, até o destinatário final, garantindo que as normas sejam aplicadas e que o medicamento seja preservado garantindo sua qualidade, fazendo o bem para a saúde do consumidor.

5 Conclusão

Foram buscadas e citadas a regulamentação aplicada ao transporte de fármacos.

Os resultados demonstraram que existem várias fontes de regulamentos para o transporte de fármacos.

Como sugestão de futuras pesquisas, confrontar esses regulamentos com o que é realmente aplicado nas transportadoras.

6 Agradecimentos

Agradecimentos ao IFSP pelas instalações para a pesquisa e ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa PQ nível 2 EP.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marta M. Gontijo; CORRÊA, Gabriel Beggiato. **Distribuição e transporte de medicamentos**, p. 210-212, 2012. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2013/04/PDF-E6-FARM26.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2015.

ANVISA. Disponível em: portal.**anvisa.gov.br/**. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

AQUARIUM. Disponível em: <http://www.aquariun.com.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2015.

BRASIL, Lei nº 5.991/73.

BRASIL, Lei nº 6.360/76.

BRASIL, Lei nº. 9.503/97

BRASIL, Lei nº. 15.626/14.

Conselho Federal de Farmácia. **Homepage da instituição**. Disponível em <www.cff.org.br>. Acesso em 04 de agosto de 2016.

COVISA. 2006. **Guia de Orientações para Estabelecimentos de Assistência à Saúde**. Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/guia_final_1254925733.pdf.

Acesso em: 05 de outubro de 2015.

IVAMA. Adriana Mitsue. SOUZA, Nair Ramos de. **A Importância da Farmacovigilância: Monitorização da Segurança dos Medicamentos**, p. 82. Revista Racine. Disponível em:

http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/d4978f004745781c8597d53fbc4c6735/RACINE_MONITORIZA.pdf?MOD=AJPERES. Acesso em: 02 de outubro de 2015.

NASCIMENTO, Alberto. **Dicas para o transporte de medicamentos**. 2011. Disponível em: <http://www.engenhariae arquitetura.com.br/blog/ciencias-da-vida/?p=172>. Acesso em 11 de outubro de 2015.

NOVIDADES SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA NO BRASIL. 2015. Disponível em: <http://www.hipolabor.com.br/blog/2015/07/10/hipolabor-ajuda-dicas-sobre-o-armazenamento-de-remedios-em-farmacia/>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

OHATA, Ana Paula Harumi Tanabes; MAENZA, Celso Fernando. **Transporte de Remédios**. 2010. Disponível em: <http://transportedemedicamentos.blogspot.com.br/>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

PIMENTA, Gisele. **Transporte de Medicamentos Exige Cuidados**. Edição 188, 2008. Disponível em: <http://www.guiadafarmacia.com.br/edicao-188/1876-transporte-de-medicamentos-exige-cuidados>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

POLARTRUCK. Disponível em: <http://polartruck.com.br/>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS. **Orientações para o armazenamento de medicamentos, produtos farmacêuticos e dispositivos médicos**, p. 2-4, 2009. Disponível em: <http://www.acss.min-sau-de.pt/Portals/0/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20armazenamento%20no%20%C3%A2mbito%20da%20RNCCI.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2015.

Saber viver. **Armazenamento de medicamentos**. 2004. Disponível em: <http://saberviver.org.br/publicacoes/temperatura/>. Acesso em: 30 de outubro de 2015.

Secretaria Municipal de Saúde. **Vigilância Sanitária**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/vigilancia_sanitaria/index.php?p=7024. Acesso em: 11 de outubro de 2015.

SILVA, Douglas Barbosa Cardoso Da. PANIS, Carolina. **ANÁLISE DA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE MEDICAMENTO**. Infarma, v. 21, p. 37, 2009). Disponível em: <http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=163&path%5B%5D=153>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

YOKAICHIYA, Chizuru Minami *et al.* **Manual de Estruturação de Almoxarifados de Medicamentos e Produtos para a Saúde, e de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição**. 2003. Disponível em: ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/.../almoxarifado.doc. Acesso em: 29 de outubro de 2015.